



Demonstrações Financeiras Combinadas
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras

Conglomerado Prudencial
Banco Original

31 de Dezembro de 2018

	Pág.
ÍNDICE	
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	4
Demonstrações Financeiras	
Balço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1. Contexto Operacional	12
Nota 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	12
Nota 3. Descrição das Principais Práticas de Combinação	12
Nota 4. Principais Práticas Contábeis	12
Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa	14
Nota 6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15
Nota 7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	15
Nota 8. Relações Interfinanceiras	19
Nota 9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19
Nota 10. Outros Créditos	21
Nota 11. Outros Valores e Bens	22
Nota 12. Participações em Coligadas e Controladas	23
Nota 13. Imobilizado de Uso	23
Nota 14. Intangível	23
Nota 15. Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	24
Nota 16. Outras Obrigações	25
Nota 17. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	25
Nota 18. Patrimônio Líquido	26
Nota 19. Limites Operacionais	26
Nota 20. Partes Relacionadas	26
Nota 21. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	28
Nota 22. Despesas de Pessoal	28
Nota 23. Outras Despesas Administrativas	28
Nota 24. Despesas Tributárias	28
Nota 25. Outras Receitas Operacionais	29
Nota 26. Outras Despesas Operacionais	29
Nota 27. Resultado não Operacional	29
Nota 28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	29
Nota 29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos	29
Nota 30. Outras Informações	30
Nota 31. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.	31
Relatório do Comitê de Auditoria	32

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A (Conglomerado) para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Bacen, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Este relatório, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas, estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

● Atuação

O Conglomerado contando com sólida estrutura organizacional, linhas de negócios bem definidas, sólida governança corporativa, robusta gestão de riscos e sistemas, vem atuando nos segmentos:

Banco de Atacado:

Corporate - conta com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento;

Agronegócio - com atuação na Pecuária e Agricultura, com foco em produtores altamente profissionalizados e em segmentos bem definidos.

Cessão de recebíveis – com atuação com clientes do segmento varejista comercial, a cadeia de valor do grupo, e empresas de grande porte nacionais e multinacionais.

Banco de Varejo:

Foi lançado em 27 de março de 2016, e tem sua atuação no segmento de Pessoa Física como um *Full Bank*, oferecendo, além de conta-corrente, cartões de crédito, linhas de crédito pessoal, seguros, previdência, produtos de investimento diversificados e de múltiplas funcionalidades disponíveis através da plataforma 100% digital.

Caixa e capital:

Destaca-se, ainda, a disponibilidade de caixa e capital, além do baixo índice de alavancagem, que permite ao Conglomerado estar bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Em 2018, expandimos os relacionamentos existentes e atraímos novos investidores em todos os segmentos, o que levou a um crescimento de 36,08% da captação total, passando de R\$ 5.831.663 em dezembro de 2017 para R\$ 7.935.681 em dezembro de 2018.

Destaques de eventos subsequentes ao fechamento do exercício de 2018:

• Criação do Conselho de Administração

Com o objetivo de dar ainda mais robustez à Governança Corporativa do Original, foi decidida a criação de um Conselho de Administração. Marcio Linares, que foi presidente do banco de maio de 2016 a dezembro de 2018, após a aprovação pelo Banco Central do Brasil, assumirá a presidência de tal Conselho e fica responsável por sua formação.

O processo de criação do Conselho de Administração ainda está pendente de aprovação pelo Banco Central do Brasil.

• Novo Presidente

Alexandre Abreu, que foi presidente do Banco do Brasil e se juntou ao time do Original em agosto de 2018, assume a presidência do Banco, em janeiro de 2019, com a missão de crescimento e ampliação dos negócios.

● Banco de Varejo - Banco Digital

O Banco Digital foi concebido para oferecer serviços personalizados para as pessoas físicas, empresas Corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado e trazer pulverização e diversificação para a captação no Banco.

Para criar uma plataforma digital com serviços de qualidade e atendimento diferenciado, foram feitos investimentos com contratação e treinamento de profissionais, compra e desenvolvimento de softwares, utilizando o que há de mais atual e disruptivo em tecnologia.

Dentre os serviços oferecidos, destacam-se a aberturas de contas, a contratação de produtos de forma 100% digital, depósitos em dinheiro via boleto, de cheque via imagem e várias opções em produtos para aplicação de recursos, tudo em apenas poucos cliques. Também merece destaque a possibilidade da realização de saques em outras moedas (Dólar e Euro) em nossos caixas eletrônicos.

O Original segue firme na sua estratégia de ser um dos principais bancos com tecnologia digital. Esse esforço tem dado resultados positivos desde seu lançamento. Em 2018 não foi diferente, atingimos a marca de aproximadamente 720 mil clientes em 31 de dezembro de 2018, saindo de 540 mil em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 33,33%, com uma carteira de crédito de R\$ 367.080 e uma captação vinda deste segmento de R\$ 1.047.510.

● Prêmios e Reconhecimentos

Criado em 2001 pela Editora Executivos Financeiros, o Prêmio eFinance tem por objetivo premiar as soluções de ponta que contribuem decisivamente para elevar a eficiência operacional, aprimorar a gestão e adicionar real valor a indústria bancária, securitária, empresas de créditos e de meios de pagamentos e demais *players* que atuam no setor.

Em sua 18ª edição, em 2018, o Banco Original foi reconhecido com as seguintes premiações:

Na categoria Banco Digital, foi o vencedor com os seguintes *cases*:

- Visão Integrada de Cadastro de Pessoas;
- Validação de endereço por Geolocalização no Processo de Abertura de Conta;
- Novo Sistema de Captação de Renda Fixa digital – *Front to Back*; e
- Gestão *Real Time* de Processo de Abertura de Conta

Na categoria *Work Flow* o Original foi o vencedor com o *case* Processo Automatizado de Formalização e Liberação de Operações de Crédito em Banco de Atacado.

● Inovação Tecnológica

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) avalia anualmente atividades relacionadas à pesquisa tecnológica e ao desenvolvimento de inovação tecnológica de pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no capítulo III da Lei nº 11.196 de 2005 (Lei do Bem). As exigências do Capítulo III da Lei do Bem foram atendidas pelo terceiro ano consecutivo, o que habilitou o Original a usufruir dos incentivos fiscais da referida Lei.

O montante do benefício de imposto de renda e contribuição social gerado foi de R\$ 50.145, o valor reconhecido no ano de 2018 foi de R\$ 19.553 e no ano de 2017 foi de R\$ 30.592, referente aos investimentos em inovação que fizemos durante o ano de 2015.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado apresentou lucro de R\$ 2.731 contra um lucro de R\$ 1.500 apresentado no exercício de 2017.

Mantemos a perspectiva anteriormente compartilhada de que os resultados do banco devem ainda apresentar volatilidade até a maturação da atividade de varejo, esperada para o começo de 2020 mantidas as expectativas positivas, políticas e econômicas atuais do país.

Venda de Ativo:

O Banco promoveu a venda de R\$ 166.000 de ativos de crédito em junho de 2018. Composto basicamente por Créditos Consignados e que já havia sido baixados para prejuízo (R\$ 143.818) e o restante era de carteira ativa, com garantias reais importantes, mas cuja execução é demorada e impacta diretamente o provisionamento para créditos de difícil liquidação, seguindo a Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil. A venda foi feita a um dos acionistas e foi realizada pelo valor de contábil dos ativos.

O Banco Original vendeu em dezembro de 2018 o controle da Original Corporate Corretora de Seguros para seu acionista minoritário, a holding J&F Investimentos S.A. Como a J&F é grande pagadora de prêmios de seguros nas suas diversas atividades econômicas, fez sentido a centralização deste tipo de negócio. O Banco vai continuar usando dos serviços da corretora para incrementar os negócios com seus clientes pessoa física e jurídica, e poderá oferecer serviços mais diversificados tais como seguros de automóveis, de residências, de patrimônio, bem como de previdência privada, mediante uma plataforma aberta em parceria com as grandes seguradoras do país. A venda da Corretora gera ganho não recorrente no valor de R\$ 177.563 ao final do exercício.

2. Ativos e Passivos

Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 11.116.679 (31/12/2017 - R\$ 8.832.925) ao final do período, representado principalmente por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações Interfinanceiras	396.886	265.227
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3.291.930	2.117.751
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	5.936.159	4.959.846

Em 2018, crescemos em 19,7% a carteira de crédito quando comparada à posição de dez/17. Em linha com o plano de negócio traçado pelo corpo diretivo, optou-se por crescer em importância e relevância a carteira do Agronegócio, em detrimento da carteira de recebíveis, que é uma carteira de mais "oportunidade" e menos spread.

R\$ Milhões	31/12/2017	31/12/2018	Varição
Total Carteira de crédito	4.959.846	5.936.158	19,68%
Carteira Agro	830.197	1.624.058	95,66%
Carteira Corporate	1.735.748	2.151.562	23,96%
Pessoa Física	299.841	367.080	22,33%
Carteira recebíveis	2.090.191	1.790.497	-14,35%
Carteira Legado	3.869	2.961	-25,00%

A carteira de crédito expandida, composta pela carteira de crédito e outros créditos, fiança e títulos privados, ao término do exercício, atingiu o saldo de R\$ 6.346.140 (31/12/2017 - R\$ 5.355.008) com um crescimento de 18,51% no ano.

O saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa e de fiança é de R\$ 201.237 (31/12/2017 - R\$ 189.453), correspondente 3,17 % da carteira expandida.

O prazo médio da carteira ativa ao final do exercício é de 365 dias.

O resultado das políticas mais seletivas nas cessões de créditos está demonstrado pelos seguintes indicadores:

- 83,2% da Carteira de Crédito está concentrada nos Ratings AA a A;
- 95,3% da Carteira Crédito Total está em Curso Normal.

Período	PCLD/ Carteira	Carteira AA-C	Carteira D-H	NPL Original	NPL Mercado Recursos Livres (Fonte:BCB)
dez-17	3,78%	93,70%	6,30%	3,13%	4,92%
dez-18	3,36%	95,27%	4,73%	2,02%	3,84%

Destaca-se ainda que mesmo com a queda do NPL (Inadimplência acima de 90 dias) pela melhora da qualidade dos créditos, foram mantidos os critérios de provisionamento que geram impacto positivo no índice de cobertura (acima de 90 dias) que fecha 2018 em de 166,42%.

O quadro a seguir demonstra que mesmo com crescimento expressivo da carteira comparado ao mesmo período de 2017, a posição de risco de crédito do Conglomerado continua a ser bem administrada. De acordo com a política de concessão de crédito aos clientes do banco de atacado, normalmente são solicitadas garantias reais para as operações de crédito, para proteção contra possível desvalorização, custos processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia. O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando-se de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Rating	Carteira e Garantias					
	Carteira em Dia (Normal)	Carteira em Atraso (Anormal)	Saldo Carteira	PCLD	Garantia Real	% Cobertura
AA - C	5.605.003	50.531	5.655.534	35.710	4.475.465	79,1%
D-H	49.721	230.904	280.625	163.455	575.165	205,0%
TOTAL	5.654.724	281.435	5.936.159	199.165	5.050.630	85,1%

Funding

O *funding* total do banco apresentou crescimento importante, da ordem de 36% atingindo R\$ 7.935.681 (31/12/2017 R\$ 5.831.663). Com a expansão da base e dos clientes no banco digital, a captação vinda deste segmento, já representa 13,2% deste valor, que equivale a R\$ 1.047.510.

Com a maior demanda do mercado por prazos mais longos dos papéis de renda fixa, abrimos novos vértices para a captação no segundo semestre de 2018. Alongamos algumas captações e com isto o prazo médio do Funding total do banco passou para 446 dias.

Este crescimento importante da captação, permitiu não somente a expansão do ativo de crédito, mas também que fechássemos o exercício com mais de uma vez o Patrimônio Líquido em caixa. O caixa total que havia encerrado o exercício de 2017 em R\$ 1.306.289, encerra o exercício de 2018 em R\$ 2.457.080, com incremento de quase 90% em 12 meses, demonstrando assim, nossa forte estrutura de liquidez.

Capital e Basileia

O índice de Basileia do banco continua bastante confortável, encerrando o semestre em 13,6%. Este índice foi calculado de maneira prudencial em linha com os conceitos de Basileia e exclui o impacto da venda da marca feita em dez/16 e da Corretora de Seguros em dez/18. Tal efeito só é incorporado no cálculo quando há o efetivo recebimento das parcelas em aberto. Excluindo os ajustes prudenciais acima mencionados, o índice de BIS III é de 16,5% ao final de dezembro de 2018. Em resumo, o banco permanece com baixa alavancagem, resultando em espaço de capital para suportar com folga o crescimento futuro dos negócios.

3. Despesas

Ao longo de 2018, foi dada continuidade à revisão de diversos processos internos e reavaliação de estruturas, para melhor adequação dos custos decorrentes do negócio e do crescimento do Varejo.

Assim, mesmo diante do crescimento da base de clientes digitais, pode-se verificar redução nas despesas como a despesa de pessoal, onde a queda foi de 2,58%, passando de R\$ 283.434 (31/12/2017) para R\$ 276.127 (31/12/2018) e nas despesas administrativas em que houve redução de 3,04%, passando de R\$ 372.402 para R\$ 361.063 nos mesmos períodos. Essas reduções demonstram uma maior eficiência em processos.

4. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício de 2018 foi de R\$ 2.220.351 (31/12/2017 - R\$ 2.214.981), composto da seguinte maneira:

Descrição (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	2.239.124	2.239.124
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.715	1.076
Reservas de Lucros	23.464	22.315
Prejuízos Acumulados	(45.952)	(47.534)

● Agência de Rating

Agência	Curto prazo		Longo prazo	
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2	BBB	B	B+
S&P ⁽²⁾	A-2	A-		

(1) Novembro 2018

(2) Setembro 2018

● Sumário Executivo

R\$ Milhões	31/12/2017	31/12/2018
Lucro Líquido	1,5	2,7
Ativos Totais	8.833	11.117
Carteira de Crédito Expandida	5.439	6.358
Carteira Corporate	1.736	2.152
Carteira Recebíveis	2.090	1.790
Carteira Agro	830	1.624
Fianças	395	404
Notas Promissórias e Debêntures	84	18
Carteira Legado	4	3
Pessoa Física	300	367
Captação Total	5.840	7.936
Patrimônio Líquido	2.215	2.220
PCLD/Carteira	3,78%	3,36%
Índice de Inadimplência (acima de 90 dias)	3,13%	2,02%
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	120,8%	166,4%
Índice de Basileia	16,3%	13,6%
Colaboradores	995	1.015

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, perante seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

2. Comitê de Auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014, o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros qualificados, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com alto padrão em Governança Corporativa.

● Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O Conglomerado mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No exercício de 2018, foram abertas 432 demandas (31/12/2017 - 79), as quais foram informadas à Alta Administração do Conglomerado e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

Vale ressaltar que o Banco Original foi classificado em 1º lugar no ranking de qualidade no Atendimento ao Cliente pelo Banco Central do Brasil no 1º trimestre de 2018.

● Pessoas

O Conglomerado acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento dos negócios e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente no qual todos possam contribuir com suas experiências.

Assim, investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

● Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando nenhum outro serviço que eventualmente pudessem criar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

Contador
Carlos de Souza Valentim
CRC- RJ 049674/O-4TC

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores do
Banco Original S.A. (instituição líder do Conglomerado Prudencial Banco Original)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Banco Original (“Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BCB), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial Banco Original, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN e regulamentações complementares do BCB, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 31 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado, que descreve sobre o Acordo de colaboração premiada de executivos e ex-executivos e de leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., está atual acionista indireta do Conglomerado, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a entidade possui transações relevantes com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 20 às demonstrações contábeis consolidadas. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Banco Original foram elaboradas pela administração do Conglomerado para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BCB. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais

O Banco Original S.A., instituição líder do Conglomerado Prudencial Banco Original, elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 27 de fevereiro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BCB, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especial – Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais e Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SPI53569/O-0

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante		7.557.981	5.983.061
Disponibilidades	5	40.106	53.789
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	396.886	265.227
Aplicações no Mercado Aberto		1.997	59.999
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		320.584	142.252
Aplicações em Moeda Estrangeira		74.305	62.976
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	2.408.631	1.700.940
Carteira Própria	7.a.2	2.141.881	1.290.104
Vinculados a Compromissos de Recompra	7.a.2	104.405	272.482
Vinculados à Prestação de Garantias	7.a.2	138.078	129.344
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	24.267	9.010
Relações Interfinanceiras	8	3.604	2.428
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		7	4
Créditos Vinculados		3.197	1.958
Depósitos no Banco Central		3.197	1.958
Correspondentes		400	466
Relações Interdependências	15.d	8.961	35.064
Transferências Internas de Recursos		8.961	35.064
Operações de Crédito	9	1.777.116	1.355.605
Setor Privado		1.919.605	1.482.303
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(142.489)	(126.698)
Outros Créditos		2.899.140	2.553.250
Carteira de Câmbio	10.a	210.129	71.504
Rendas a Receber		3.238	3.156
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	9.341	2.055
Créditos Tributários	10.b.1	101.731	94.516
Direitos Creditórios	10.e	2.183.467	2.222.219
Diversos	10.d	419.174	178.559
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(27.940)	(18.759)
Outros Valores e Bens	11	23.537	16.758
Despesas Antecipadas		23.537	16.758
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.876.837	2.099.452
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	883.299	416.811
Carteira Própria	7.a.2	297.275	285.574
Vinculados a Compromissos de Recompra	7.a.2	403.898	117.672
Vinculados à Prestação de Garantias	7.a.2	178.252	12.453
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	3.874	1.112
Operações de Crédito	9	1.470.039	838.713
Setor Privado		1.498.763	880.673
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(28.724)	(41.960)
Outros Créditos		427.832	739.306
Direitos Creditórios	10.e	45.276	176.230
Créditos Tributários	10.b.1	234.368	251.222
Diversos	10.d	148.200	311.854
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(12)	-
Outros Valores e Bens	11	95.667	104.622
Outros Valores e Bens		105.595	116.361
(Provisão para Desvalorização)		(9.928)	(11.739)
Permanente		681.861	750.412
Investimentos		6.876	7.402
Participações em Coligadas e Controladas:	12	5.991	6.954
No País		5.991	6.954
Outros Investimentos		885	448
Imobilizado de Uso	13	59.815	69.987
Outras Imobilizações de Uso		103.913	98.000
(Depreciação Acumulada)		(44.098)	(28.013)
Ativos Intangíveis	14	615.170	673.023
Ativos Intangíveis		845.545	807.316
(Amortização Acumulada)		(230.375)	(134.293)
Total do Ativo		11.116.679	8.832.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante		4.962.964	4.724.698
Depósitos	15.a	1.406.751	2.368.939
Depósitos à Vista		203.905	191.263
Depósitos Interfinanceiros		149.738	102.529
Depósitos a Prazo		1.053.108	2.075.147
Captações no Mercado Aberto	15.b	399.600	388.511
Carteira Própria		399.600	388.511
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	2.626.691	1.623.914
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		2.626.202	1.623.914
Certificados de Operações estruturadas		489	-
Relações Interfinanceiras	8	8	8
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		8	8
Relações Interdependências	15.d	8.825	29.296
Recursos em Trânsito de Terceiros		8.825	3.413
Transferências Internas de Recursos		-	25.883
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	25.209	-
Outras Instituições		25.209	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	27.989	8.128
Instrumentos Financeiros Derivativos		27.989	8.128
Outras Obrigações		467.891	305.902
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		677	532
Carteira de Câmbio	10.a	91.129	-
Sociais e Estatutárias	20.b	-	7.773
Fiscais e Previdenciárias	16.a	99.731	60.827
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	3.245	882
Diversas	16.b	273.109	235.888
Passivo Exigível a Longo Prazo		3.918.833	1.881.466
Depósitos	15.a	3.781.907	1.606.849
Depósitos a Prazo		3.781.907	1.606.849
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	95.123	232.161
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		95.123	232.161
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	388	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		388	-
Outras Obrigações		41.415	42.456
Diversas	16.b	41.415	42.456
Resultados de Exercícios Futuros		14.531	11.780
Rendas Antecipadas		14.531	11.780
Patrimônio Líquido		2.220.351	2.214.981
Capital Social:		2.130.001	2.130.001
De Domiciliados no País	18.a	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	3.289	613
Prejuízos Acumulados		(45.952)	(47.534)
Participação de Não Controladores		133.013	131.901
Total do Passivo		11.116.679	8.832.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receitas da Intermediação Financeira		579.941	1.108.748	1.164.988
Resultado de Operações de Crédito	9.g	353.170	919.688	733.728
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	171.311	236.924	316.195
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	37.648	(102.231)	111.808
Resultado de Operações com Câmbio	10.a.1	17.812	54.367	3.257
Despesas da Intermediação Financeira		(283.130)	(509.379)	(544.289)
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(282.497)	(501.100)	(541.570)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.f	(633)	(8.279)	(2.719)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		296.811	599.369	620.699
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	(60.104)	(119.711)	(28.030)
Resultado da Intermediação Financeira Líquida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		236.707	479.658	592.669
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(326.917)	(567.216)	(570.343)
Receitas de Prestação de Serviços	21.a	17.797	34.603	31.450
Tarifas	21.b	8.434	13.943	5.076
Despesas de Pessoal	22	(151.842)	(276.127)	(283.434)
Outras Despesas Administrativas	23	(190.388)	(361.063)	(372.402)
Despesas Tributárias	24	(17.461)	(28.023)	(30.854)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	(732)	(1.126)	158
Outras Receitas Operacionais	25	13.923	56.189	87.043
Outras Despesas Operacionais	26	(6.648)	(5.612)	(7.380)
Resultado Operacional		(90.210)	(87.558)	22.326
Resultado não Operacional	27	177.438	176.765	(6.283)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		87.228	89.207	16.043
Imposto de Renda e Contribuição Social	28	(65.410)	(50.910)	29.380
Provisão para Imposto de Renda		(345)	(557)	-
Provisão para Contribuição Social		(385)	(570)	-
Ativo Fiscal Diferido		(64.680)	(49.783)	29.380
Participações no Lucro		(21.240)	(35.566)	(43.923)
Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		578	2.731	1.500
<i>Controlador</i>		104	1.582	(10.737)
<i>Não Controladores</i>		474	1.149	12.237
<u>Juros Sobre Capital Próprio</u>		-	-	(9.144)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL BANCO ORIGINAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado



	Nota	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016		2.130.001	3.554	(36.797)	2.096.758	128.429	2.225.187
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	(2.940)	-	(2.940)	379	(2.562)
Lucro/ Prejuízo Líquido do Exercício		-	-	(10.737)	(10.737)	12.237	1.500
Destinações							
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	(9.144)	(9.144)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		2.130.001	614	(47.534)	2.083.081	131.901	2.214.981
Mutações do Exercício		-	(2.940)	(10.737)	(13.677)	3.472	(10.206)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		2.130.001	614	(47.534)	2.083.081	131.901	2.214.981
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	2.675	-	2.675	(37)	2.638
Lucro Líquido do Exercício		-	-	1.582	1.582	1.149	2.731
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.130.001	3.289	(45.952)	2.087.338	133.013	2.220.351
Mutações do Exercício		-	2.675	1.582	4.257	1.112	5.369
Saldo em 30 de junho de 2018		2.130.001	(437)	(46.056)	2.083.508	132.440	2.215.948
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	3.726	-	3.726	99	3.825
Lucro Líquido do Semestre		-	-	104	104	474	578
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.130.001	3.289	(45.952)	2.087.338	133.013	2.220.351
Mutações do Semestre		-	3.726	104	3.830	573	4.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	31/12/2018	31/12/2017
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		578	2.731	1.500
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/ Exercício		(47.950)	22.522	34.283
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	60.104	119.711	28.030
Carteira de crédito		51.695	110.518	34.605
Outros Créditos		8.409	9.193	(6.575)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	732	1.126	(158)
Alienação de investimento em Coligadas e Controladas		(177.563)	(177.563)	-
Depreciação / Amortização	23	55.252	112.480	105.467
Ajuste a Valor de Mercado		(66.436)	(69.524)	(93.463)
Tributos Diferidos		68.993	54.090	(24.536)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		964	(2.567)	6.378
Provisão de Participações no Lucro		21.324	35.650	43.923
Provisão para Desvalorização BNDU		(1.932)	(1.811)	5.855
Crédito Fiscal		-	(19.553)	(30.592)
Demais ajustes no Semestre		(9.388)	(29.517)	(6.621)
Lucro Líquido Ajustado do Semestre/ Exercício		(47.372)	25.253	35.783
Variações em Ativos e Passivos				
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(102.971)	(220.859)	(89.287)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(861.893)	(841.709)	(137.776)
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		6.548	4.456	8.065
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(438.482)	(1.054.902)	326.020
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(308.554)	141.920	(174.589)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		70	4.109	(35.930)
Aumento (Redução) em Depósitos		1.696.199	1.212.870	791.635
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(124.807)	18.041	95.568
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		216.364	865.739	(554.695)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		25.209	25.209	(163.298)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		118.999	122.817	10.366
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		3.414	2.751	4.905
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		182.724	305.695	116.767
Atividades de Investimento				
Redução em Investimentos		846	846	-
Redução de capital em Investimento		-	-	57.209
Aquisição/ Baixa de Imobilizado de Uso	13.b	(1.363)	(6.226)	(26.416)
Aquisição/ Baixa no Intangível	14.b	(19.209)	(38.229)	(88.207)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(19.726)	(43.609)	(57.414)
Atividades de Financiamento				
Juros sobre o Capital Próprio		-	(7.773)	(9.144)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		-	(7.773)	(9.144)
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		162.998	254.313	50.209
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/ Exercício		1.074.863	983.548	933.339
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/ Exercício	5	1.237.861	1.237.861	983.548
<u>Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		<u>162.998</u>	<u>254.313</u>	<u>50.209</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento, e do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis do Conglomerado foram elaboradas pela Administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen) foram considerados para a elaboração das Demonstrações contábeis Prudencial do Banco Original S.A – Conglomerado.

O artigo 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das Demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A., as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V.

Assim, as Demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. (Conglomerado) compreendem as seguintes entidades:

Banco Original S.A
Banco Original do Agronegócio S.A
Agência Cayman no exterior

3. Descrição das Principais Práticas de Combinação

Na elaboração das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular Bacen nº 1.273/1987, especificamente em relação às normas do Conglomerado Prudencial.

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as demonstrações contábeis antes de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

1) Banco Original S.A.

	Banco Original S.A.		Agência Cayman		Banco Original Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Total do Ativo	11.120.591	8.822.440	43.780	36.184	11.083.923	8.786.263
Total do Passivo	9.033.253	6.739.360	-	-	8.996.585	6.703.182
Total do Patrimônio Líquido	2.087.338	2.083.080	43.780	36.184	2.087.338	2.083.081
Total dos Lucros/ (Prejuízos) Líquidos do exercício	1.582	(10.737)	1.301	2.902	1.582	(10.737)

2) Banco Original do Agronegócio S.A.

	Banco Original do Agronegócio S.A.	
	31/12/2018	31/12/2017
Total do Ativo	136.857	143.811
Total do Passivo	3.844	11.910
Total do Patrimônio Líquido	133.013	131.901
Total dos Lucros Líquidos do exercício	1.149	12.237

Nos procedimentos de combinação, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A. e o Banco Original S.A e a Agência Cayman. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta combinação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001 com as alterações introduzidas pela circular 3.129/2002, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011, os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento;

- Títulos disponíveis para venda - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajustes de avaliação patrimonial”, e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;

● Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não haviam títulos mantidos até o vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e alterações subsequentes, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

● Hedge de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado;

● Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior - Hedge de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 com as alterações introduzidas pela resolução 2.697/2000, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a Instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O Banco Original adquire créditos, de natureza mercantil, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo estas com partes relacionadas. Essas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em menor frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores:

j.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - Dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - Cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - Dez anos.

j.3) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (*Impairment*)

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos. No exercício de 2017, não foram registradas perdas por *Impairment*, porém no segundo semestre de 2018 foi realizado uma análise dos ativos intangíveis com vida útil indefinida e foi identificado uma baixa/perda no valor de R\$ 1 – Sistema/Licença Agasus.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Correntes e Diferidos)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%. As instituições financeiras, durante o período de setembro de 2015 à dezembro de 2018 estiveram sujeitas à alíquota de 20% (Lei nº 13.169/2015, fruto de conversão da MP nº 675/2015), retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Em 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários de Contribuição Social estão registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica “Outros créditos” e foram reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do semestre de 2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a Entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- Provisões - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em “Despesas tributárias”.

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações prefixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entendem-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas que estão demonstradas na Nota Explicativa nº 20, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009. O Banco efetuou cessão de carteira de crédito, a qual foi precificada por critérios adotados pela cessionária. (vide Nota Explicativa nº 9.f).

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

Nos exercícios de 2018 não foram deliberados dividendos/JCP, somente no exercício de 2017 foram deliberados dividendos na forma de JCP. (vide Nota Explicativa nº 18.d).

t) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

De acordo com a Resolução Bacen nº 4.512/2016 as operações de avais e fianças prestadas e honradas e não honradas têm provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

5. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição

Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Títulos e Valores Mobiliários
Total

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	40.106	53.789
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	171.764	110.096
Títulos e Valores Mobiliários	1.025.991	819.663
Total	1.237.861	983.548

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	31/12/2018	31/12/2017
			Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	1.997	-	1.997	59.999
Posição Bancada	1.997	-	1.997	59.999
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	59.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	1.997	-	1.997	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	171.764	148.820	320.584	142.252
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	171.764	-	171.764	53.722
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinculados Crédito Rural	-	148.820	148.820	88.530
Aplicações em Moedas Estrangeiras	74.305	-	74.305	62.976
Aplicação de prazo fixo	74.305	-	74.305	62.976
Total	248.066	148.820	396.886	265.227
Circulante			396.886	265.227

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), os prazos referem-se ao lastro da operação, e as aplicações em DI estão custodiadas na B3.

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	31/12/2018	31/12/2017
			Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	163.688	207	163.895	39.775
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.383.847	7.734	1.391.581	783.605
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	104.853
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas	242.575	158.313	400.888	339.319
Total Carteira Própria	1.790.110	166.254	1.956.364	1.267.552
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	104.476	(71)	104.405	80.270
Total Vinculados a compromissos de recompra	104.476	(71)	104.405	80.270
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	4.642
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.406	117	4.523	106.513
Outros				
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3 ⁽³⁾	18.000	1.354	19.354	-
Total Vinculados à prestação de garantias	22.406	1.471	23.877	111.155

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Patrimônio Liquido	31/12/2018	31/12/2017
			Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽³⁾	-	-	-	3.889
Letras do Tesouro Nacional - LTN	156.199	2.097	158.296	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	185.965	1.679	187.644	228.956
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	3.981	(1.270)	2.711	3.468
Debêntures	-	-	-	20.037
Notas Promissórias	18.206	34	18.240	50.228
LF Pós-Principal e Encargos	-	-	-	1.548
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia ⁽²⁾	115.901	-	115.901	-
Total Carteira Própria	480.252	2.540	482.792	308.126
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	10.056
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	400.673	3.225	403.898	291.249
Títulos Privados				
Debêntures	-	-	-	8.579
Total Vinculados a compromissos de recompra	400.673	3.225	403.898	309.884
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	291.018	1.435	292.453	12.453
Outros				
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3 ⁽³⁾	-	-	-	18.189
Total Vinculados à prestação de garantias	291.018	1.435	292.453	30.642

a.2) Classificação e Vencimento

a.2.1) Títulos para Negociação

	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2018	31/12/2017
					Total	Total
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	163.895	163.895	39.775
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.025.991	47.681	317.909	1.391.581	783.605
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	-	-	104.853
Títulos Privados						
Ações de Companhias Abertas	400.888	-	-	-	400.888	339.319
Total Carteira Própria	400.888	1.025.991	47.681	481.804	1.956.364	1.267.552
Circulante					1.956.364	1.267.552
Vinculados a compromissos de recompra						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	104.405	104.405	80.270
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	104.405	104.405	80.270
Circulante					104.405	80.270
Vinculados à prestação de garantias						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	4.642
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	4.523	4.523	106.513
Outros						
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3 ⁽³⁾	19.354	-	-	-	19.354	-
Total Vinculados à prestação de garantias	19.354	-	-	4.523	23.877	111.155
Circulante					23.877	111.155

a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2018	31/12/2017
					Total	Total
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽³⁾	-	-	-	-	-	3.889
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	158.296	158.296	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	51.376	136.268	187.644	228.956
Títulos Privados						
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	-	2.711	2.711	3.468
Debêntures	-	-	-	-	-	20.037
Nota promissória	-	18.240	-	-	18.240	50.228
LF Pós-Principal e Encargos	-	-	-	-	-	1.548
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia ⁽²⁾	115.901	-	-	-	115.901	-
Total Carteira Própria	115.901	18.240	51.376	297.275	482.792	308.126
Circulante					185.517	22.552
Longo Prazo					297.275	285.574
Vinculados a compromissos de recompra						
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	403.898	403.898	291.249
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	10.056
Títulos Privados						
Debêntures	-	-	-	-	-	8.579
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	403.898	403.898	309.884
Circulante					-	192.212
Longo Prazo					403.898	117.672
Vinculados à prestação de garantias						
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	114.201	178.252	292.453	12.453
Outros						
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3 ⁽³⁾	-	-	-	-	-	18.189
Total Vinculados à prestação de garantias	-	-	114.201	178.252	292.453	30.642
Circulante					114.201	18.189
Longo Prazo					178.252	12.453

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Esses papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(2) No primeiro semestre de 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresa J&F investimentos, no montante de R\$ 166.000 (Nota Explicativa nº 9.f). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia sendo estas cotas da empresa Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.(vide Nota Explicativa nº 9.f)

(3) Em 31 de dezembro de 2018 o Banco reclassificou as cotas do fundo FILCB - margem B3 e LFT carteira própria para a categoria Negociação. Essa reclassificação está alinhada à estratégia de gerenciamento de riscos e às melhores práticas contábeis, em que os Instrumentos financeiros devem ser classificados não pela intenção de obtenção de ganho financeiro em função da oscilação de preços, e sim pelo plano de negócio da Entidade. O impacto no resultado desta reclassificação foi de R\$ 1.333.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

a.3) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.363	27.522	67.000
Resultado de Títulos de Renda Fixa	73.817	131.535	167.340
Resultado de Títulos de Renda Variável	78.860	61.734	81.727
Resultado de Títulos no Exterior	3.271	16.133	128
Total	171.311	236.924	316.195

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota Explicativa nº 29.

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades dos clientes;
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução nº 4.557/2017 e da Circular nº 3.354/2007, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- Value at Risk (VAR) Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test;
- Stop Loss.

Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado detinha um único instrumento financeiro derivativo classificado contabilmente, nos termos da Circular Bacen nº 3.082/2002, como *hedge* de fluxo de caixa. Este instrumento é um *swap* que faz o *hedge* da variação cambial do Capital da agência do Banco Original em Cayman.

Carteira Trading - dez/2018		Value at Risk		
		Média	Fechamento	dez/17
Fator de Risco	Risco de Variação em:			Fechamento
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	409	65	69
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	-	-	-
Milho	Preço do Milho CEPEA	-	-	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	772	371	1448
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	3	-	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	124.536	145.348	88.684
Exposição com Correlação		121.731	144.437	85.729

Carteira Banking - dez/2018		Teste de Estresse		
		Média	Fechamento	dez/17
Risco				Fechamento
Risco de Taxa de Juros		25.165	23.456	34.221

Destaca-se que o aumento relevante do Value at Risk (Var) na comparação entre o fechamento de dezembro de 2017 e o fechamento de dezembro de 2018, está atrelado principalmente ao estoque de ações, que é responsável por parte relevante desta carteira e que embora tenha se mantido inalterado em quantidade de papéis, aumentou seu valor de exposição e através da forte valorização ocorrida, elevou seu patamar de volatilidade histórica e registrou diminuição do volume negociado. A redução do valor do Risco de Taxa de Juros foi resultado da mudança de modelo interno de cálculo do IRRBB, sempre em linha com as diretrizes do Comitê de Basileia e das disposições da Circular nº 3.876/18 do Banco Central do Brasil. Para efeito de comparação, utilizando-se a metodologia anterior o Risco de Taxa de Juros seria de aproximadamente R\$ 30 milhões.

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps" e NDFs:** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial dos Contratos
NDF						
Posição Ativa						
Prefixado	20.871	20.279	865.351	4.157	3.908	827.544
Dólar	4.046	4.463	248.273	495	929	460.818
Real	16.825	15.816	617.078	3.662	2.979	365.064
	-	-	-	-	-	1.662
Posição Passiva						
Prefixado	(14.146)	(13.855)	(865.351)	(6.030)	(7.875)	(827.544)
Dólar	(8.041)	(7.938)	(248.273)	(2.273)	(4.350)	(365.064)
Euro	(6.105)	(5.917)	(617.078)	(3.594)	(3.389)	(457.962)
Real	-	-	-	(97)	(72)	(2.856)
	-	-	-	(66)	(64)	(1.662)
Diferencial Líquido	6.725	6.424	-	(1.873)	(3.967)	-

	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato
Swap						
Posição Ativa	2.806	7.315	464.185	4.319	6.214	216.497
Prefixado	16	145	135.808	4.041	4.883	143.810
Dólar	349	635	51.850	35	275	18.533
CDI	2.441	6.535	276.527	22	810	52.808
SELIC	-	-	-	221	246	1.346
Posição Passiva	(14.731)	(14.046)	(464.185)	(338)	(253)	(216.497)
Prefixado	(396)	(125)	(140.789)	(3)	(15)	(42.808)
Dólar	(14.325)	(13.915)	(309.575)	(335)	(238)	(152.348)
CDI	-	-	(12.500)	-	-	(19.995)
SELIC	-	-	-	-	-	(1.346)
Euro	(10)	(6)	(1.321)	-	-	-
Diferencial Líquido	(11.925)	(6.731)	-	3.981	5.961	-
Opções						
Posição Ativa	-	547	179.473	-	-	-
Compra de Opção de Compra	-	547	179.473	-	-	-
Posição Passiva	-	(474)	(179.473)	-	-	-
Venda de Opção de Venda	-	(474)	(179.473)	-	-	-
Diferencial Líquido	-	73	-	-	-	-
Opções - COE						
Posição Ativa	-	-	489	-	-	-
Dólar	-	-	489	-	-	-
Posição Passiva	-	(2)	(489)	-	-	-
Dólar	-	(2)	(489)	-	-	-
Diferencial Líquido	-	(2)	-	-	-	-

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo - Valor a Receber/(Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial Total dos Contratos	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial Total dos Contratos	
Resumo						
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	6.725	(301)	6.424	865.351	(2.094)	827.544
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	(11.925)	5.194	(6.731)	464.185	1.980	216.497
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	73	73	179.473	-	-
Certificado de Operação Estruturada (COE)	-	(2)	(2)	489	-	-
Total	(5.200)	4.964	(236)	1.509.498	(114)	1.044.041

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valores a Receber/(Pagar) a Mercado	31/12/2018			31/12/2017	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	3.300	2.931	193	6.424	(3.967)
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(10.166)	142	3.293	(6.731)	5.961
Operações Opções a Receber/(Pagar)	-	73	-	73	-
Certificado de Operação Estruturada (COE)	(2)	-	-	(2)	-
Total	(6.868)	3.146	3.486	(236)	1.994

Valores Referenciais dos Futuros*	31/12/2018			31/12/2017	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
DI	852.000	237.500	1.984.500	3.074.000	1.029.925
Dólar	1.105.880	-	-	1.105.880	349.433
DDI	461.101	548.284	681.965	1.691.350	590.614
BGI	-	-	-	-	146
Euro	2.220	-	-	2.220	-
Total	2.421.201	785.784	2.666.465	5.873.450	1.970.118

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, Dólar, cupom de Dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 6.096 ativos (31/12/2017 - R\$ 1.173 ativos), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos registrados na B3, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 296.976 (31/12/2017 - R\$ 123.608) sendo este representado por LTN R\$ 4.523 (31/12/2017 - R\$ 106.513), NTN R\$ 292.453 (31/12/2017 - R\$ 12.453) e LFT somente em 31/12/2017 - R\$ 4.642.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	Receita	Despesa	2º Semestre		01/01 a 31/12/2018		01/01 a 31/12/2017	
			Receita	Despesa	Resultado	Resultado		
NDF	123.695	(113.026)	10.669	236.970	(158.881)	78.089	24.899	
Swap	23.408	(17.706)	5.702	42.374	(50.736)	(8.362)	10.356	
Opções	109	(36)	73	109	(36)	73	318	
COE	11	(3)	8	37	(5)	32	(33)	
DI	205.140	(169.383)	35.757	309.642	(276.621)	33.021	76.568	
DDI	784.095	(766.624)	17.471	1.119.168	(1.210.817)	(91.649)	25.535	
BGI	-	-	-	15	(21)	(6)	(217)	
Moedas	218.921	(250.836)	(31.915)	454.662	(566.766)	(112.104)	(23.370)	
Índice	803	(920)	(117)	5.252	(6.420)	(1.168)	(2.955)	
Milho	-	-	-	126	(103)	23	-	
S&P Euro	-	-	-	257	(437)	(180)	707	
Total	1.356.182	(1.318.534)	37.648	2.168.612	(2.270.843)	(102.231)	111.808	

b.4) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

O Conglomerado Original utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos em investimentos no exterior da Agência Cayman, cuja moeda de suas operações está em Dólar. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de *hedge* de fluxo de caixa.

O Conglomerado documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*. O Banco também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2018, o impacto no resultado do componente inefetivo foi no valor de R\$ 18 (31/12/2017 - R\$ (1.288)) contabilizado na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações Interfinanceiras" no montante de R\$ 3.596 ativa (31/12/2017 - R\$ 2.420 ativa) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posições ativa e passiva).

9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos, adiantamentos a depositantes e operações de crédito vinculadas a cessão	1.780.052	1.567.670
Adiantamentos a depositantes	125	-
Empréstimos	1.643.029	1.424.372
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	323.806	281.223
Capital de Giro	996.102	886.146
Conta Corrente Garantida	89.412	71.740
Empréstimo Consignado	239	573
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	8
Cheque Especial	67.175	45.413
Empréstimo Rotativo	77.726	81.077
Crédito Pessoal	46.705	37.061
Outros empréstimos	41.864	21.131
Financiamentos	1.373.183	733.977
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	1.373.183	733.977
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	104.991	-
Financiamentos Imobiliários	160.142	61.329
Operações de crédito vinculadas à Cessão	136.898	143.298
Adiantamento de Contratos de Câmbio (Nota 10.a)	116.283	69.031
Direitos Creditórios (Nota 10.e)	2.228.743	2.398.449
Operações com Cartões de Crédito (Nota 10.d)	165.618	123.090
Outros créditos (Nota 10.d)	7.147	6.300
Subtotal	5.936.159	4.959.846
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e)	(171.213)	(168.658)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e.1)	(27.952)	(18.759)
Total	5.736.994	4.772.429
Circulante	4.219.067	3.755.715
Longo Prazo	1.517.927	1.016.714

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituído.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2018			31/12/2017	
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
Setor Privado					
Rural	48.116	940.453	937.404	1.925.973	1.125.848
Indústria	38.405	381.077	246.672	666.154	835.082
Financeiro	-	5	-	5	3.346
Pessoas Físicas	86.690	261.212	29.638	377.540	298.915
Comércio	23.031	2.199.196	94.673	2.316.900	2.417.994
Serviços	3.616	343.162	155.183	501.961	244.710
Outros	345	64.188	83.093	147.626	33.951
Total	200.203	4.189.293	1.546.663	5.936.159	4.959.846

c) Concentração de Crédito

	31/12/2018				31/12/2017	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	992.496	17%	2.063	1%	1.043.824	21%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.596.259	27%	34.329	17%	1.377.118	28%
100 Maiores Devedores Seguintes	969.694	16%	12.363	6%	648.790	13%
Demais Devedores Seguintes	2.377.710	40%	150.410	76%	1.890.114	38%
Total	5.936.159	100%	199.165	100%	4.959.846	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura das posições "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de rating e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos			31/12/2018	
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		Constituída ⁽²⁾
AA	0,0%	1.204.367	-	1.204.367	-
A	0,5%	3.732.607	-	3.732.607	18.665
B	1%	354.380	9.898	364.278	3.659
C	3%	313.649	40.633	354.282	13.386
D	10%	10.934	10.380	21.314	5.088
E	30%	33.962	110.660	144.622	46.310
F	50%	17	2.436	2.453	1.227
G	70%	2.883	17.483	20.366	18.960
H	100%	1.925	89.945	91.870	91.870
Total		5.654.724	281.435	5.936.159	199.165

Nível de Risco	Carteira de Créditos			31/12/2017	
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		Constituída ⁽²⁾
AA	0,0%	881.845	-	881.845	-
A	0,5%	2.827.925	107	2.828.032	13.995
B	1%	563.608	18.009	581.617	5.836
C	3%	319.950	33.336	353.286	10.680
D	10%	51.463	20.316	71.779	7.861
E	30%	30.170	75.867	106.037	31.811
F	50%	623	7.725	8.348	4.174
G	70%	45.056	7.757	52.813	36.971
H	100%	4.238	71.851	76.089	76.089
Total		4.724.878	234.968	4.959.846	187.417

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos a partir de 15 dias.

(2) A provisão é adequada para fazer face as perdas prováveis na realização dos créditos.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	168.658	233.295
Constituição Líquida de Reversão	110.518	34.605
Baixa para Prejuízo	(107.963)	(99.242)
Saldo Final	171.213	168.658
Circulante	(142.489)	(126.698)
Longo Prazo	(28.724)	(41.960)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	158.508	68.251

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outros Créditos

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	18.759	25.334
Constituição Líquida de Reversão	9.193	(6.575)
Saldo Final	27.952	18.759
Circulante	(27.940)	(18.759)
Longo Prazo	(12)	-

No exercício de 2018, os créditos renegociados são de R\$ 275.226 (31/12/2017 - R\$ 258.764), e a Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos em 2018 é de R\$ 75.527 (31/12/2017 - R\$ 39.577), relativos às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota Explicativa nº 29.

f) Cessão de Crédito

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecidos na data da cessão. A venda da carteira no exercício de 2018 foi efetuada no valor de R\$ 166.000 conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	22.182	530.783
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	143.818	60.350
Total da venda ⁽³⁾	166.000	591.133

(1) Não houve lucro na cessão e o valor da reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi no montante de R\$ 12.483.

(2) O montante de R\$ 143.818 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) Venda feita com partes relacionadas (J&F Investimento).

(4) O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia, classificadas no ativo como títulos disponíveis para venda (vide Nota Explicativa nº 7.a) e o restante foi recebido em caixa. Este FIP possui investimentos na Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. (Partes relacionadas).

g) Resultado de Operações de Crédito

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	42	97	878
Rendas de Empréstimos	267.816	507.235	505.440
Rendas de Títulos Descontados	14.563	27.584	32.416
Rendas de Financiamentos	77.184	245.242	128.451
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo ⁽¹⁾	10.738	158.508	68.251
Resultado com Cessão de Créditos sem coobrigação	-	-	504
Despesas com Cessão de Créditos com coobrigação	(36)	(51)	(42)
Perdas com créditos Incobráveis	(17.137)	(18.927)	(2.170)
Total	353.170	919.688	733.728

(1) No exercício de 2018, o montante de R\$ 143.818 (31/12/2017 - R\$ 60.350) refere-se à recuperação de créditos baixados para prejuízo pela cessão de crédito Nota 9.f.

10. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	44.327	-
Câmbio Comprado a Liquidar	163.791	70.453
Rendas a receber de adiantamentos concedidos ⁽¹⁾	2.011	1.051
Total	210.129	71.504
Circulante	210.129	71.504
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	(44.639)	-
Obrigações por Compra de Câmbio	(160.762)	(67.980)
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	114.272	67.980
Total	(91.129)	-
Circulante	(91.129)	-

(1) Os valores de Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 2.011 (31/12/2017 - R\$ 1.051) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio no valor de R\$ 114.272 (31/12/2017 - R\$ 67.980) compõem o saldo de R\$ 116.283 (31/12/2017 - R\$ 69.031) divulgado na Nota Explicativa nº 9.a.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de câmbio	142.805	226.850	70.839
Despesas de câmbio	(124.993)	(172.483)	(67.582)
Total	17.812	54.367	3.257

b) Créditos Tributários

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	345.738	274.368
Constituições	119.609	293.169
Reversões	(129.248)	(221.799)
Saldo Final	336.099	345.738
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	48.498	15.184
Constituições	65.608	86.149
Reversões	(29.834)	(52.835)
Saldo Final	84.272	48.498

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas de IRPJ 25% e CSLL 20% até novembro de 2018). Em dezembro de 2018 os créditos de CSLL foram calculados à alíquota de 15%.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “Outros créditos – Diversos” e “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, respectivamente.

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo Fiscal	414.897	403.578
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	103.724	100.895
Base Negativa de Contribuição Social	420.052	408.238
Crédito de CSLL sobre Base Negativa ⁽¹⁾	63.008	81.648
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	254.969	204.816
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	27.953	18.759
Provisão para Contingências Trabalhistas	20.374	21.579
Provisão para Contingências Cíveis	16.917	17.696
Provisão para Despesas Administrativas	49.099	49.978
Provisão PLR - Administradores	-	4.812
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	9.928	11.739
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	12.738	2.803
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(592)	(130)
Ajustes Futuro DI e DDI	-	1.130
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	-	(53)
Perdas em Operações de Crédito	22.731	9.024
Outras Diferenças Temporárias	7.821	20.097
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	421.937	362.250
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	421.937	362.250
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	105.484	90.563
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	63.291	77.412
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	12.738	2.803
Ajustes Futuro DI e DDI	-	1.130
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	12.738	3.933
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	592	183
Total do Ativo Fiscal Diferido	336.099	345.738
Circulante	101.731	94.516
Longo Prazo	234.368	251.222

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. O saldo de crédito de CSLL em dezembro de 2018 foi calculado à alíquota de 15%.

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2018	31/12/2017
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	171.473	101.048
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	7.199	929
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(8.308)	(4.742)
Ajustes Futuro - DI e DDI	18.271	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(850)	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	187.785	-
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	46.946	24.309
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	28.168	19.447
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	171.473	101.048
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	7.199	929
Ajustes Futuro - DI e DDI	18.270	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	196.942	101.977
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	9.158	4.742
Total do Passivo Fiscal Diferido	84.272	48.498
Circulante	84.272	48.498

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. O saldo de passivo fiscal diferido de CSLL em dezembro de 2018 foi calculado à alíquota de 15%.

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2018	-	-	-	94.516	48.498	46.018
2019	101.731	84.272	17.459	39.389	-	39.389
2020	43.861	-	43.861	69.926	-	69.926
2021	51.175	-	51.175	59.114	-	59.114
2022	74.942	-	74.942	80.993	-	80.993
A partir de 2023	64.390	-	64.390	1.800	-	1.800
Total	336.099	84.272	251.827	345.738	48.498	297.240

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2018, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 292.890 (31/12/2017 - R\$ 298.111).

d) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	53.429	33.639
Devedores por Depósitos em Garantia	16.251	14.435
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 17.b.1)	8.331	7.218
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 17.b.2)	7.920	7.217
Adiantamentos Salariais/Outros	1.070	1.176
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 9.a)	7.147	6.300
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	2.412	-
Valores a receber venda da marca (Nota 30.f)	131.949	297.419
Valores a receber venda Original Corporate Corretora ⁽²⁾	163.533	-
Valores a receber de transações de pagamentos ⁽³⁾	165.618	123.090
Outros	25.965	14.354
Total	567.374	490.413
Circulante	419.174	178.559
Longo Prazo	148.200	311.854

(1) O Banco investiu durante o ano de 2015 em inovações tecnológicas para lançamento do Banco Digital. A variação do saldo deve-se ao reconhecimento de créditos fiscais referente ao valor aprovado pelo MCTI (Lei do Bem).

(2) O valor a receber da J&F Investimentos referente à venda da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. foi avaliado por empresa independente. O saldo a receber vence em 2019.

(3) Refere-se a valores a receber das compras efetuadas com cartão de crédito.

e) Direitos Creditórios

	31/12/2018	31/12/2017
Direitos Creditórios (Nota 9.a) ⁽¹⁾	2.228.743	2.398.449
Total	2.228.743	2.398.449
Circulante	2.183.467	2.222.219
Longo Prazo	45.276	176.230

(1) A rubrica "Direitos creditórios", que se refere à compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, possui uma PCLD de R\$ 18.721 (31/12/2017 - R\$ 22.810). Do montante, R\$ 1.698.614 (31/12/2017 - R\$ 1.669.649) são da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

11. Outros Valores e Bens

	31/12/2018	31/12/2017
Bens não de Uso - Imóveis	105.595	116.361
(Provisão para Desvalorização)	(9.928)	(11.739)
Despesas Antecipadas	23.537	16.758
Total	119.204	121.380
Circulante	23.537	16.758
Longo Prazo	95.667	104.622

12. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		31/12/2018	31/12/2017
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta e Indireta	Participação Direta e Indireta
Controladas do Banco				
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	1.999.800	99,99%	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽²⁾	Corretora de Seguros Desenvolvimento/ Teleatendimento/Prestação de serviços de crédito	885.550	19,90%	99,90%
Original App Ltda.		3.449.655	99,99%	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento Imobiliário	99.999	99,99%	99,99%

	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/ (Prejuízo)		Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
		01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018 2º semestre	01/01 a 31/12/2017
Controladas do Banco							
Original Asset Management Ltda.	3.092	107	3.091	2.985	107	45	1.868
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽²⁾	1.046	(1.432)	208	1.476	(1.431)	(817)	(1.234)
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	100	-	100	100	-	-	-
Original App Ltda.	2.592	198	2.592	2.393	198	40	(476)
Total	6.830	(1.127)	5.991	6.954	(1.126)	(732)	158

(1) Em fase pré-operacional com capital a integralizar.

(2) Em 28 de dezembro de 2018 foi realizada a venda à J&F Investimento de 80% da parte acionária da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. no montante de R\$ 178.400.

13. Imobilizado de Uso

a) Valor residual imobilizado de uso

Outras Imobilizações de Uso Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso Sistemas de Processamento de Dados Sistemas de Segurança e Comunicações Total	Custo	Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
			Residual	Residual
	35.555	(11.374)	24.181	28.026
	67.237	(31.995)	35.242	41.644
	1.121	(729)	392	317
Total	103.913	(44.098)	59.815	69.987

b) Movimentação do Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso Sistemas de Processamento de Dados Sistemas de Segurança e Comunicações Total	31/12/2017				31/12/2018	
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Depreciação	Saldo Final	
	28.026	248	(324)	(3.769)	24.181	
	41.644	6.177	(28)	(12.551)	35.242	
	317	158	(5)	(78)	392	
Total	69.987	6.583	(357)	(16.398)	59.815	

14. Intangível

a) Valor residual

Gastos com Desenvolvimento Total	Custo	Amortização	31/12/2018	31/12/2017
			Líquido	Líquido
	845.545	(230.375)	615.170	673.023
Total	845.545	(230.375)	615.170	673.023

b) Movimentação do Intangível

Gastos com Desenvolvimento Total	31/12/2017				31/12/2018	
	Saldo inicial	Aquisição	Transferência/ Baixas	Amortização	Saldo Final	
	673.023	38.301	(72)	(96.082)	615.170	
Total	673.023	38.301	(72)	(96.082)	615.170	

15. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2018	31/12/2017
					Total	Total
Depósitos à Vista	203.905	-	-	-	203.905	191.263
Depósitos Interfinanceiros	-	-	149.738	-	149.738	102.529
Depósitos a Prazo - CDB e RDB ⁽¹⁾	-	228.136	824.972	3.781.907	4.835.015	3.681.996
Total	203.905	228.136	974.710	3.781.907	5.188.658	3.975.788
Circulante					1.406.751	2.368.939
Longo Prazo					3.781.907	1.606.849

(1) O total de depósito a prazo com liquidez antecipada é de R\$ 648.556 (31/12/2017 - R\$ 470.459).

Em 31 de dezembro de 2018 os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 134.008 (31/12/2017 - R\$ 144.547) e CDB de R\$ 4.701.007 (31/12/2017 - R\$ 3.537.449). O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 123% do CDI, (31/12/2017 - 90% e 129,50% do CDI) e para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 6,09% a.a. e 19,60% a.a. (31/12/2017 - 6,23% a.a. e 19,19% a.a.). Para operações de RDB as taxas pós-fixadas praticadas são de 101,50% a 106% do CDI (31/12/2017 - 101,5% a 106% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2018	31/12/2017
Depósitos Interfinanceiros	(3.907)	(5.088)	(15.334)
Depósitos a Prazo - CDB e RBD	(185.419)	(328.572)	(317.082)
Captação no Mercado Aberto	(1.714)	(4.806)	(14.048)
Despesas de Letras de crédito do Agronegócio	(48.919)	(78.472)	(81.763)
Despesas de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	(4.093)	(7.765)	(7.211)
Despesas de Letras Financeiras	(5.334)	(11.984)	(20.031)
Despesas de Letras Imobiliárias	(33.094)	(64.390)	(85.883)
Despesas com operação estruturada -COE	(17)	(23)	(218)
Total	(282.497)	(501.100)	(541.570)

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	31/12/2018	31/12/2017
		Total	Total
Carteira Própria	399.600	399.600	388.511
Títulos Públicos			
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	399.600	399.600	290.050
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	90.013
Outros	-	-	8.448
Total	399.600	399.600	388.511
Circulante		399.600	388.511

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2018	31/12/2017
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	520.713	623.646	32.489	1.176.848	774.411
Letras de Crédito Imobiliária - LCI	268.244	1.183.637	18.314	1.470.195	965.272
Letras Financeiras- LF	24.736	5.226	44.320	74.282	116.392
Certificados de operações estruturadas (COE)	-	489	-	489	-
Total	813.693	1.812.998	95.123	2.721.814	1.856.075
Circulante				2.626.691	1.623.914
Longo Prazo				95.123	232.161

O Conglomerado realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 88% e 102% do CDI (31/12/2017 - 88% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,78% a.a. e 17,01% a.a (31/12/2017 - 6,01% a.a. e 16,62% a.a.). Para LCI as taxas praticadas em operações pós-fixadas nos montantes são de 89% a 102% do CDI (31/12/2017 - 85% e 102% do CDI). Para LF as taxas praticadas em operações pós-fixadas são de 114,69% a 121,52% do CDI (31/12/2017 - 112% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA).

d) Relações Interdependências

Referem-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a ser cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional e transferência de recursos entre dependências no montante de R\$ 136 ativo (31/12/2017 - R\$ 5.768 ativo).

e) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinadas a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	31/12/2018	31/12/2017
			Total	Total
Funcafé - Custeio	-	10.045	10.045	-
Funcafé - Capital de Giro	7.593	7.571	15.164	-
Total	7.593	17.616	25.209	-
Circulante			25.209	-

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	2º Semestre	31/12/2018	31/12/2017
Despesas De Empréstimos No Exterior	(423)	(8.069)	2.058
Despesas De Obrigações Com Banqueiros No Exterior	-	-	(1.941)
Despesas De Repasses - Outras Instituições Oficiais	(210)	(210)	(2.836)
Total	(633)	(8.279)	(2.719)

16. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	705	1.175
Impostos e Contribuições sobre Salários	10.090	7.776
IRRF a recolher s/ Juros Capital Próprio	-	682
I.R.- s/ Operações de renda fixa	296	206
I.R.- s/ operações de renda variável	184	-
IOF - Capital de Giro	784	374
Outros	2.273	2.116
Provisão para Imposto de Renda	557	-
Provisão para Contribuição Social	570	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.b.2)	84.272	48.498
Total	99.731	60.827
Circulante	99.731	60.827

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 17.b.1)	24.499	24.760
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 17.b.2)	16.916	17.696
Provisão para Pagamentos a Efetuar	87.042	89.855
Despesas de Pessoal	70.060	73.786
Outras Despesas Administrativas	14.206	11.111
Outros Pagamentos	2.776	4.958
Consignados	943	1.660
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	6.209	13.794
Valores a pagar de sociedades ligadas	197	-
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Recuperação de Crédito	7	14
Credores Diversos - Exterior/Pais ⁽²⁾	176.539	128.429
Provisão para Fianças	2.072	2.036
Total	314.524	278.344
Circulante	273.109	235.888
Longo Prazo	41.415	42.456

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original que são pagos em outros bancos em D+1 e a obrigações com a bandeira referentes às operações com cartões de débito e crédito.

17. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhista (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 8.331 (31/12/2017 - R\$ 7.218).

A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	24.760	22.884
Constituição	3.407	4.339
Atualização Monetária	626	2.537
Reversão	(4.294)	(5.000)
Saldo Final	24.499	24.760

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

b.2) Provisões para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para os processos cíveis elencados na categoria Cível Massa (consignado-Banco Original), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do Banco Digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável. Segue movimentação das provisões:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	17.696	20.689
Constituição	7.522	6.199
Atualização Monetária	96	312
Reversão	(8.398)	(9.504)
Saldo Final	16.916	17.696

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.920 (31/12/2017 - R\$ 7.217).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista, cível e fiscal classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Os riscos possíveis de natureza cível são formados por 33 ações civis públicas com pedidos no importe de R\$ 28.099, seus valores foram mensurados de acordo com os pedidos realizados pelos Ministérios Públicos dos Estados (Paraíba, Piauí, Bahia, Tocantins, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Maranhão, Pará e Pernambuco), e opinião legal dos assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Processos Trabalhistas	28.424	74.862
Processos Cíveis	35.980	33.245
Processos Fiscais	9.750	-
Total	74.154	108.107

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Banco Original S.A.:

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social de R\$ 2.130.001 (31/12/2017 - R\$ 2.130.001) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

Banco Original do Agronegócio S.A.:

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social de R\$ 109.123 (31/12/2017 - R\$ 109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	109.123	109.123
Total	109.123	109.123	109.123	109.123

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN, LTN e Títulos privados no montante de R\$ 3.726 (31/12/2017 - R\$ 614).

c) JCP e Dividendos

Nos exercícios de 2018 não foram deliberados de Juros sobre Capital Próprio (31/12/2017 - R\$ 9.144).

19. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A. e Offshore Cayman), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência Nível I	1.185.805	1.307.344
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.185.805	1.307.344
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	8.707.459	8.017.216
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	7.032.755	6.467.540
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	856.029	857.777
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	818.675	691.898
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	13,6%	16,3%

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o Conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca e da corretora na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, a fim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluindo os impactos mencionados é de 16,5%.

Em 2018 e 2017 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2018 e 2017, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

20. Partes Relacionadas

a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2018	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original S.A						
Acionistas	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

	Ações Ordinárias		31/12/2017	
	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
Banco Original do Agronegócio S.A				
Acionistas				
J&F Participações S.A. (J&F)	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

b) Transações com Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Ações	400.888	339.319	63.185	81.727
JBS S.A. (JBS) ⁽¹⁾	400.888	339.319	63.185	81.727
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	295.482	297.419	193.839	35.298
J&F Investimentos S.A.(Nota 30.f) (Nota 10.d) ⁽²⁾	295.482	297.419	193.839	35.298
Depósito à Vista	(62.950)	(38.917)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(18.425)	(17.578)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(3)	(2)	-	-
Original Asset Management Ltda.	-	(20)	-	-
Original Corporate Corretora Ltda.	-	(8)	-	-
Seara Alimentos Ltda.	(26.827)	(162)	-	-
J&F Participações S.A.	(16)	-	-	-
J&F Investimentos S.A.	(48)	(61)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(2.583)	(12.039)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(1.461)	(7.989)	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(3)	(44)	-	-
Picpay Serviços Ltda ME	(12.529)	-	-	-
Fazenda Botas Agropecuária Ltda.	(3)	(2)	-	-
Futura Venture Capital Participações Ltda.	-	(2)	-	-
JJBM Participações Ltda.	(1)	(2)	-	-
JBj Barra do Tietê Agropecuária Ltda.	(3)	(4)	-	-
CV - Rádio e Televisão Ltda.	(7)	(7)	-	-
JBj Agropecuária Ltda.	(10)	(8)	-	-
VLBM Participações Ltda.	(29)	(14)	-	-
Ambar Energia Ltda.	(5)	(23)	-	-
JBS Aves Ltda.	(283)	(210)	-	-
FIP Multiestratégia Formosa	(11)	-	-	-
JBS Confinamento Ltda.	(1)	-	-	-
Canal Rural Produções Ltda.	(37)	-	-	-
J&F Urbanismo	(15)	-	-	-
Instituto Germinare	(8)	-	-	-
VNMB Participações Ltda.	(1)	-	-	-
Meat Snack partners do Brasil Ltda.	(4)	-	-	-
Pinheiros Fundo de Investimento em Participações Agrícola Jandelle	(1)	-	-	-
Pessoas Físicas	(636)	(742)	-	-
Depósito a Prazo	(264.413)	(1.070.804)	(10.347)	(26.000)
Original APP Ltda.	(2.368)	(2.317)	(96)	(382)
J&F Investimentos S.A.	(60.014)	-	(14)	-
J&F Participações S.A.	(26.616)	(28.135)	(1.511)	(5.646)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(5.243)	(5.040)	(128)	(702)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(6.862)	(6.597)	(168)	(919)
JBS S.A.	(53.007)	(51.124)	(3.286)	(7.800)
Seara Alimentos Ltda.	(68.896)	(66.316)	(4.305)	(8.483)
Original Asset Management Ltda.	(1.932)	(2.003)	(97)	(399)
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	(405)	(880)	(11)	(11)
Fip Caixa Milão	-	(29)	-	(2)
Fip Multiestratégia Formosa	-	(468.060)	-	(812)
Instituto Germinare	(230)	(13)	-	-
J&F Floresta Agropecuária Araguaia Ltda.	(5.132)	(438.819)	(2)	(742)
São João Transmissora de Energia S.A.	-	(1.465)	-	(102)
Sao Pedro Transmissora de Energia S.A.	(3.517)	-	(12)	-
JBj Agropecuária Ltda.	-	(6)	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(311)	-	(6)	-
Picpay Serviços Ltda ME	(384)	-	(4)	-
Pessoas Físicas	(29.496)	-	(707)	-
Captação no Mercado Aberto	-	(8.446)	-	(3)
Eldorado Brasil Celulose S.A.	-	(8.446)	-	(3)
JCP a Pagar	-	(7.773)	-	(7.773)
J&F Participações S.A.	-	(7.773)	-	(7.773)

(1) As ações estão marcadas ao valor de mercado e a receita é decorrente da variação positiva do período.

(2) O valor a receber pela venda da Original Corretora é de R\$ 163.533 (vide Nota 10.d).

Demais transações

Cessão de Crédito: Em 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresas ligadas, no montante de R\$ 166.000 (Nota Explicativa nº 9.f). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia, classificadas no ativo como títulos disponíveis para venda e o montante de R\$ 50.000 foi recebido em caixa.

Direitos Creditórios: Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis decorrente de vendas mercantis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.698.614 (31/12/2017 - R\$ 1.669.649), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A. (Nota Explicativa nº 10.e)

Prestação de serviços: Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto no resultado em 2018 foi de R\$ 2.168 (31/12/2017 - R\$ 3.700).

21. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

a) Receita de Prestação de Serviços

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Cobrança e Arrecadações	2.117	4.583	4.787
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	1.494	2.600	3.154
Serviço de recebimento e envio de valores	1.589	3.177	3.163
Comissões de Cartões	6.460	11.852	8.899
Rendas de Garantias Prestadas	4.844	10.025	7.516
Outras	1.293	2.366	3.931
Total	17.797	34.603	31.450

b) Tarifas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Tarifas	8.434	13.943	5.076
Total	8.434	13.943	5.076

22. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Remuneração	(106.509)	(186.278)	(189.169)
Encargos	(27.433)	(53.628)	(59.626)
Benefícios	(17.622)	(35.713)	(33.909)
Outras	(278)	(508)	(730)
Total	(151.842)	(276.127)	(283.434)

23. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(20.783)	(41.547)	(50.117)
Depreciações e Amortizações	(55.252)	(112.480)	(105.467)
Propaganda e Publicidade	(3.008)	(3.776)	(6.178)
Comunicações	(1.377)	(2.797)	(2.448)
Processamento de Dados	(52.816)	(97.487)	(110.106)
Aluguéis	(4.713)	(9.211)	(9.992)
Transportes e Viagens	(2.529)	(4.393)	(4.709)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.846)	(3.298)	(3.511)
Manutenção e Conservação de Bens	(2.201)	(4.268)	(3.338)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽¹⁾	(37.048)	(66.120)	(55.341)
Água, Energia e Gás	(878)	(1.692)	(1.591)
Material	(491)	(1.015)	(1.352)
Despesas Legais e Jurídicas	(1.030)	(1.939)	(2.593)
Despesas com registros de títulos e documentos	(371)	(277)	(834)
Serviços de copa e cozinha	(429)	(741)	(507)
Indenizações Judiciais diversas	(207)	(829)	(1.028)
Outros tributos e taxas	(1.607)	(2.741)	(4.217)
Outras despesas administrativas	(3.802)	(6.452)	(9.073)
Total	(190.388)	(361.063)	(372.402)

(1) Refere-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens e outros serviços financeiros.

24. Despesas Tributárias

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Despesa com COFINS	(13.895)	(22.027)	(24.772)
Despesa com ISS	(1.308)	(2.417)	(2.056)
Despesa com PIS/Pasep	(2.258)	(3.579)	(4.026)
Total	(17.461)	(28.023)	(30.854)

25. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Atualização de Depósitos Judiciais	534	962	948
Atualização de Impostos a Compensar	1.179	5.551	5.157
Recuperação de Encargos e Despesas	182	2.633	8.735
Reversão de Provisões Trabalhistas	2.107	419	-
Reversão de Provisões Cíveis	-	779	2.993
Crédito Fiscal ⁽¹⁾	-	19.553	30.592
Receita de Atualização Monetária ⁽²⁾	-	16.276	35.298
Outras Receitas	9.921	10.016	3.320
Total	13.923	56.189	87.043

(1) O Banco investiu durante o ano de 2015 em inovações tecnológicas para lançamento do Banco Digital. A variação do saldo deve-se ao reconhecimento de R\$ 19.553 referente ao valor aprovado pelo MCTI (Lei do Bem).

(2) O valor da Receita de atualização monetária refere-se a venda da marca demonstrado na Nota Explicativa nº 30.f.

26. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Provisões Operacionais			
Trabalhistas	(118)	(158)	(1.876)
Reversão de Provisões Cíveis	(2.698)	-	-
Indenizações trabalhistas	(1.704)	(2.367)	(764)
Provisão para fianças	(627)	(799)	-
Perdas com conta corrente	(89)	(473)	-
Prejuízos Operacionais	(1.110)	(1.245)	(4.333)
Outras	(302)	(570)	(407)
Total	(6.648)	(5.612)	(7.380)

27. Resultado não Operacional

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(2.235)	(2.594)	(429)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(55)	(324)	-
Desvalorização/ Reversão de Outros Valores e Bens (BNDU)	1.932	1.811	(5.854)
Outras Receitas/(Despesas) ⁽¹⁾	177.796	177.872	-
Total	177.438	176.765	(6.283)

(1) Resultado de R\$ 177.563 com a venda da Original Corporate Corretora de Seguros Ltda para a J&F Investimentos (vide Nota 12).

28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Correntes e Diferidos)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “Outros créditos – Diversos” e “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, respectivamente.

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Resultado antes da Tributação e deduzidas as participações do lucro e JCP	53.641	(37.024)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(175)	(3.066)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(15.192)	(25.883)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(13.540)	(24.655)
Base de cálculo - CSLL	38.273	(65.972)
Base de cálculo - IRPJ	39.926	(64.745)
CSLL ⁽¹⁾	(40.667)	13.194
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(10.243)	16.186
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(50.910)	29.380
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(50.910)	29.380

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em dezembro de 2018 os tributos diferidos foram calculados à alíquota de 15% e os impostos correntes à alíquota de 20%.

29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição perante à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, perante seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Segundo a Resolução nº 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a: Falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do Banco e consequentemente sua imagem; Inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição; Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Essa estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda, aos requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- Value at Risk (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Essa política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Essas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam essas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme Resolução nº 4.557/2017 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria Executiva de Riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

30. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2018, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, somam R\$ 409.981 (31/12/2017 - R\$ 395.162), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos, pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 2.072 (31/12/2017 - R\$ 2.036).

	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
	Valor	Provisão	Valor	Provisão
	atualizado		atualizado	
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	60.899	(277)	17.021	(97)
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	294.921	(1.486)	265.326	(1.297)
Outras Fianças Bancárias	54.161	(309)	112.815	(642)
Total	409.981	(2.072)	395.162	(2.036)

b. Seguros

O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2018 o Banco não possui mais operações que necessitam ser asseguradas (31/12/2017 - R\$ 1), o mesmo ocorre para as despesas apropriadas (31/12/2017 - R\$ 11).

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Conglomerado as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 695/2012.

d. Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela Administração foram no montante de R\$ 26.357 (31/12/2017 - R\$ 40.359).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam a R\$ 56 (31/12/2017 - R\$ 193).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

e. Plano de Saúde - Benefício pós-emprego

O Banco é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 467 (31/12/2017 - R\$ 622).

f. Cessão de marca e domínio

O Conglomerado, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializadas nas áreas de Inteligência e Marketing. Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A. (Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Conglomerado continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de *royalties* de 1% do resultado operacional para a J&F.

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes, a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento, os pagamentos de *royalties* não ocorreram em 2018. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 131.949 (31/12/2017 - R\$ 297.419), e os resultados reconhecidos decorrentes de atualização de CDI montam o valor de R\$ 16.276 (31/12/2017 - R\$ 35.298) contabilizados na rubrica Resultados operacionais.

Em maio de 2018 foram antecipadas cinco parcelas no valor de R\$ 65.295 e em abril os juros de todas as parcelas vincendas no valor de R\$ 11.307.

31. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original S.A., "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial do Banco Original (Conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado é um órgão composto por dois membros externos e independentes, e um diretor do Conglomerado.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Conglomerado, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Presidente e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 12 vezes no 1º semestre 2018 (6 vezes no 1º semestre 2017) e fez 40 reuniões (34 no 1º semestre 2017) com a empresa de auditoria independente, com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2018.

O Comitê de Auditoria não emitiu recomendações à administração no exercício de 2018.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31.12.2018 das instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Conglomerado Financeiro Original a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

O Comitê de Auditoria